

# Índice

---

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	16
--------------------	----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	37
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	39
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	40
--	----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Unidades)</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2016</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	307.558
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>307.558</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2016</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2015</b>
1	Ativo Total	1.665.885	1.438.351
1.01	Ativo Circulante	78.097	37.425
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	5.745	5.288
1.01.02	Aplicações Financeiras	10.652	5.017
1.01.03	Contas a Receber	21.148	17.924
1.01.03.01	Clientes	21.148	17.924
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.623	1.250
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	2.623	1.250
1.01.07	Despesas Antecipadas	7.074	5.533
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	30.855	2.413
1.01.08.03	Outros	30.855	2.413
1.01.08.03.01	Conta Reserva	29.441	0
1.01.08.03.02	Partes Relacionadas	0	89
1.01.08.03.03	Outros	1.414	2.324
1.02	Ativo Não Circulante	1.587.788	1.400.926
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	13.972	24.894
1.02.01.06	Tributos Diferidos	10.450	20.350
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	10.450	20.350
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	2.295	3.417
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.227	1.127
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	1.227	1.127
1.02.03	Imobilizado	3.587	4.295
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	3.587	4.295
1.02.04	Intangível	1.570.229	1.371.737
1.02.04.01	Intangíveis	1.570.229	1.371.737
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	1.570.229	1.371.737

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2016</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2015</b>
2	Passivo Total	1.665.885	1.438.351
2.01	Passivo Circulante	1.372.727	931.627
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	8.939	9.225
2.01.01.01	Obrigações Sociais	1.016	1.316
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	7.923	7.909
2.01.02	Fornecedores	24.520	81.130
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	24.520	81.130
2.01.03	Obrigações Fiscais	4.649	5.042
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	2.348	2.228
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	82	135
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2.219	2.679
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.013.989	634.959
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.013.989	634.959
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	1.013.989	634.959
2.01.05	Outras Obrigações	320.174	201.132
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	313.611	198.374
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	287.142	146.208
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	26.469	52.166
2.01.05.02	Outros	6.563	2.758
2.01.06	Provisões	456	139
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	456	139
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	456	139
2.02	Passivo Não Circulante	6.163	305.832
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	0	303.419
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	303.419
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	0	303.419
2.02.02	Outras Obrigações	809	1.987
2.02.02.02	Outros	809	1.987
2.02.04	Provisões	5.354	426
2.02.04.02	Outras Provisões	5.354	426
2.02.04.02.04	Provisões para Conserva Especial	5.354	426
2.03	Patrimônio Líquido	286.995	200.892
2.03.01	Capital Social Realizado	307.558	240.558
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-20.563	-39.666

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	495.863	650.073
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-336.190	-639.201
3.03	Resultado Bruto	159.673	10.872
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-17.184	-56.894
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-17.792	-56.819
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	608	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	-75
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	142.489	-46.022
3.06	Resultado Financeiro	-113.487	-16.603
3.06.01	Receitas Financeiras	2.691	5.691
3.06.02	Despesas Financeiras	-116.178	-22.294
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	29.002	-62.625
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-9.899	20.243
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	19.103	-42.382
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	19.103	-42.382
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	19.103	-42.382
4.03	Resultado Abrangente do Período	19.103	-42.382

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	70.355	-59.646
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	157.963	-49.033
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-85.550	-5.544
6.01.03	Outros	-2.058	-5.069
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-215.001	-381.656
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	145.103	444.261
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	457	2.959
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	5.288	250
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	5.745	3.209

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	240.558	0	0	-39.666	0	200.892
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	240.558	0	0	-39.666	0	200.892
5.04	Transações de Capital com os Sócios	67.000	0	0	0	0	67.000
5.04.01	Aumentos de Capital	67.000	0	0	0	0	67.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	19.103	0	19.103
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	19.103	0	19.103
5.07	Saldos Finais	307.558	0	0	-20.563	0	286.995

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	240.000	0	0	-23.637	0	216.363
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	240.000	0	0	-23.637	0	216.363
5.04	Transações de Capital com os Sócios	558	0	0	0	0	558
5.04.01	Aumentos de Capital	558	0	0	0	0	558
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-42.382	0	-42.382
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-42.382	0	-42.382
5.07	Saldos Finais	240.558	0	0	-66.019	0	174.539

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015</b>
7.01	Receitas	520.733	652.575
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	298.053	28.116
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	222.680	624.459
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-299.348	-666.957
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-222.680	-624.459
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-31.371	-38.016
7.02.04	Outros	-45.297	-4.482
7.03	Valor Adicionado Bruto	221.385	-14.382
7.04	Retenções	-18.286	-6.772
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-18.286	-6.772
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	203.099	-21.154
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	4.138	5.646
7.06.02	Receitas Financeiras	2.691	5.691
7.06.03	Outros	1.447	-45
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	207.237	-15.508
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	207.237	-15.508
7.08.01	Pessoal	31.052	18.019
7.08.01.01	Remuneração Direta	26.744	14.120
7.08.01.02	Benefícios	2.746	3.105
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.562	794
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	41.880	-13.140
7.08.02.01	Federais	27.946	-14.446
7.08.02.02	Estaduais	133	100
7.08.02.03	Municipais	13.801	1.206
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	115.202	21.995
7.08.03.01	Juros	113.840	20.523
7.08.03.02	Aluguéis	1.241	1.440
7.08.03.03	Outras	121	32
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	19.103	-42.382
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	19.103	-42.382

## **Comentário do Desempenho**

### **Comentário de Desempenho**

#### **1. Perfil da Companhia**

##### **1.1. Apresentação**

A Concessionária Rota do Oeste S.A. (“CRO”) foi constituída em 27 de dezembro de 2013, com propósito de explorar o lote da BR-163 MT, que compreende o trecho rodoviário com extensão total de 850,9 km, sendo 822,8 km na BR-163 e 28,1 km na BR-070, entre os municípios de Itiquira (divisa com Mato Grosso do Sul) e Sinop, passando por 19 municípios do estado do Mato Grosso, entre eles a capital Cuiabá.

A concessão tem o objetivo executar os serviços correspondentes às funções operacionais, de conservação, recuperação e de ampliação da BR-163 MT, através do Contrato “EDITAL N° 003/2013, Parte VII” assinado pela União através da Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”) e a Concessionária Rota do Oeste em 12 de março de 2014, com duração prevista de 30 (trinta) anos a contar de 21 de março de 2014, data de assunção do contrato (“CONTRATO”). Conforme o Contrato de Concessão, os investimentos no Projeto são determinados pelo Programa de Exploração da Rodovia (“PER”).

##### **1.2. Destaques**

Durante o terceiro trimestre de 2016 dois serviços de suma importância para a concessão completaram mais um ciclo: em agosto os Serviços de Atendimento ao Usuário completaram seu segundo ano em operação, e em setembro a arrecadação de pedágio completou seu primeiro ano.

Em dois anos de operações foram registradas 228.538 ocorrências no Centro de Controle Operacional (CCO), com destaque para os atendimentos a panes mecânicas e remoção de objetos da pista. Foram ainda registradas 101.314 ligações no 0800, principalmente relacionadas a solicitação de auxílio e informações. Estão distribuídos em 18 Bases de Serviços Operacionais, 18 ambulâncias, sendo 5 delas UTI's, 18 guinchos pesados, 18 guinchos leves, 5 guindautos, 5 carretinhas para recolhimento de animais, 5 caminhões pipa e 19 inspeções de tráfego, que ficam à disposição dos usuários ao longo do trecho sob concessão.

Com o início do segundo ano de arrecadação veio também a segunda revisão tarifária. A ANTT definiu os termos do reajuste anual da tarifa de pedágio na BR-163/MT e a cobrança dos novos valores começou a vigorar a partir de 06 de setembro, nas nove praças de pedágio. A confirmação em detalhes foi publicada no Diário Oficial da União no dia 5 de setembro. O índice de reajuste definido e aprovado pela ANTT foi de 13,18%, sendo a maior parte referente à inflação no período de 12 meses, que foi de 8,74%. O restante do acréscimo, de 4,44%, foi representado, em sua maior parte pelo bônus referente à entrega de trechos duplicados acima do previsto (117 km vs. 72 km) e pela Lei dos Caminhoneiros, que entrou em vigor a partir de março de 2015. O texto da legislação isenta a cobrança de eixos suspensos de caminhões vazios e dobra a tolerância do peso por eixo nos veículos comerciais.

##### **1.3. Perspectivas**

Com o atendimento da meta anual de duplicação do PER (foram entregues 117,6 km dos 72,6 exigidos para o ano 1) e a conclusão das obrigações contratuais para início da cobrança do pedágio (duplicação de 10%, conclusão da construção das praças de pedágio e a entrega dos trabalhos iniciais), bem como a transferência do trecho de 174,1 km entre Rondonópolis e Cuiabá que voltaram a ser responsabilidade do DNIT, a CRO concentra agora seus esforços nas frentes de recuperação do sistema existente, principalmente nos demais trechos que estavam sob a responsabilidade do DNIT e foram assumidos

## Comentário do Desempenho

### Comentário de Desempenho

definitivamente pela CRO, como é o caso da conservação e recuperação dos 108,2 km entre o km 353,5 e o km 461,7 da BR-163/MT e as Travessias Urbanas de Rondonópolis, Nova Mutum e Sorriso, trechos estes que apresentavam grande desconforto aos usuários e vinham sendo o principal motivo de reclamações.

A CRO busca financiamento para fazer face aos investimentos previstos no contrato de concessão. Como financiamento principal a Concessionária vem negociando um financiamento de Longo Prazo, cujas condições de apoio foram divulgadas em 2013 por BNDES, Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil, para as licitações de concessões de rodovias federais integrantes do Programa de Investimentos em Logística ("PIL"). Além do financiamento principal, a CRO considera outras fontes de financiamento, entre elas, debêntures de infraestrutura ou outras fontes que poderão ser exploradas pela Concessionária.

## 2. Desempenho Econômico Financeiro

### 2.1. Tráfego

Categoria	Em milhares de VEP					
	3T16	3T15	Var. (%)	9M16	9M15	Var. (%)
Pesado	21.871	5.060	332%	63.120	5.060	1147%
% Veic. Eq. Pagantes	91%	91%	-	91%	91%	-
Leve	2.198	529	316%	6.516	529	1133%
%Veic. Eq. Pagantes	9%	9%	-	9%	9%	-
<b>Total VEP.<sup>1</sup></b>	<b>24.068</b>	<b>5.589</b>	<b>331%</b>	<b>69.636</b>	<b>5.589</b>	<b>1146%</b>

<sup>1</sup> Veículos Equivalentes Pagantes ("VEP") é uma unidade de medida de volume de tráfego pedagiado (número de veículos multiplicado pelo número de eixos).

Durante o terceiro trimestre de 2016, o tráfego pagante alcançou um total de 24.068 mil em VEP, valor 331% superior ao registrado no mesmo período do ano anterior, quando a arrecadação, iniciada em 06 de setembro, durou apenas 25 dias. No acumulado de 2016 o tráfego pagante foi de 69.636 mil VEP, 91% deste total composto por veículos pesados e 9% de veículos leves.

### 2.2. Receitas

Descrição	Em milhares de reais					
	3T16	3T15	Var. (%)	9M16	9M15	Var. (%)
Receitas de Pedágio	104.122	23.272	347%	294.320	23.272	1165%
Receitas Acessórias e Outras	1.120	4.844	-77%	3.900	4.844	-19%
<b>Receita Bruta</b>	<b>105.242</b>	<b>28.116</b>	<b>274%</b>	<b>298.220</b>	<b>28.116</b>	<b>961%</b>
Tributos e outras deduções	(8.912)	(2.502)	256%	(25.037)	(2.502)	901%
<b>Receita Líquida</b>	<b>96.330</b>	<b>25.614</b>	<b>276%</b>	<b>273.183</b>	<b>25.614</b>	<b>967%</b>

A receita total gerada pela arrecadação do pedágio, pelas receitas acessórias e outras receitas foi de R\$ 96.330 mil no terceiro trimestre de 2016, valor 276% superior ao mesmo período de 2015 uma vez que a arrecadação das praças só foi iniciada em 06 de setembro daquele ano. O acumulado de receita de janeiro até o final de setembro é de R\$ 273.183 mil.

### 2.3. Custos e Despesas

## Comentário do Desempenho

### Comentário de Desempenho

Os custos e despesas totais refletem os Custos de serviços, Custos de Obra de Infraestrutura e as Despesas Gerais e Administrativas.

Descrição	Em milhares de reais					
	3T16	3T15	Var. (%)	9M16	9M15	Var. (%)
Custos de Serviços	(45.789)	(4.780)	858%	(113.510)	(16.416)	591%
Custos de Obra de Infraestrutura	(28.445)	(291.302)	-90%	(222.680)	(624.459)	-64%
Despesas Gerais e Administrativas	(6.425)	(15.846)	-59%	(17.792)	(56.819)	-69%

Os custos de serviços incorridos durante o 3T16 totalizaram R\$ 45.789 mil. Os Custos de Obra de Infraestrutura totalizaram R\$ 28.445 mil no segundo trimestre de 2016 e R\$ 222.680 no acumulado de janeiro a setembro, apresentando recuo de 90% e 64% respectivamente.

### 2.4. EBITDA

Descrição	Em milhares de reais		
	9M16	9M15	Var. (%)
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>19.103</b>	<b>(42.382)</b>	<b>145%</b>
(+/-) Imp. de Renda e Contrib. Social Diferidos	9.899	(20.243)	149%
(+/-) Resultado Financeiro Líquido	113.487	16.603	-584%
(+/-) Outras (despesas) receitas	(608)	75	911%
(+/-) Depreciação / Amortização	18.286	4.678	-291%
(+/-) Provisões	5.054	-	-
<b>EBITDA</b>	<b>165.221</b>	<b>(41.269)</b>	<b>500%</b>

O EBITDA atingiu no acumulado até o 3T16 o montante de R\$ 165.221 mil, registrando elevação em relação ao mesmo período de 2015, devido ao início da arrecadação do pedágio, gerando receita para CRO.

### 2.5. Resultado Financeiro

Descrição	Em milhares de reais					
	3T16	3T15	Var. (%)	9M16	9M15	Var. (%)
Receitas Financeiras	1.864	506	268%	233	283	-18%
Despesas Financeiras	(60.714)	(15.796)	284%	(116.178)	(22.294)	421%
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<b>(58.850)</b>	<b>(15.290)</b>	<b>285%</b>	<b>(115.945)</b>	<b>(22.011)</b>	<b>427%</b>

No acumulado de janeiro a setembro de 2016, o Resultado Financeiro Líquido da Companhia atingiu o valor negativo de R\$ 58.850 mil, registrando um aumento ante ao 3T15, devido principalmente ao acréscimo nas despesas financeiras, reflexo da contratação do empréstimo ponte da Caixa e o aumento da Taxa de Juros de Longo Prazo. As Receitas Financeiras totalizaram R\$ 1.864 mil no 3T16, o que significa um aumento de 268% sobre o mesmo período do ano anterior. No comparativo entre os primeiros nove meses de 2016 com o mesmo período do ano anterior as Receitas Financeiras foram reduzidas em 18% enquanto as Despesas Financeiras apresentaram elevação.

### 2.6. Endividamento

## Comentário do Desempenho

### Comentário de Desempenho

Descrição	31 de setembro de 2016	31 de dezembro de 2015	Var. (%)
<b>Dívida Bruta</b>	<b>1.013.989</b>	<b>938.378</b>	<b>8%</b>
Caixa e Equivalente de Caixa e Aplicações Financeiras	(45.838)	(10.305)	345%
<b>Dívida Líquida</b>	<b>968.151</b>	<b>928.073</b>	<b>4%</b>

Ao final do 3T16 o Endividamento da Companhia apresentou aumento de 4% comparado ao final do ano anterior, totalizando R\$ 968.151 mil. O valor de Caixa, Equivalente de Caixa e Aplicações Financeiras foi 345% maior no mesmo comparativo, o que suavizou a elevação de 8% da dívida bruta.

### 2.7. Investimentos

Os investimentos acumulados até o primeiro semestre de 2016 totalizaram R\$ 1.598.229 mil sendo destinados aos trabalhos iniciais na rodovia, como conserva, tapa-buraco, sinalização, às obras de duplicação de trecho de 117,6 km ao sul de Rondonópolis, à conclusão das obras das praças de pedágio, à construção de alguns dispositivos que compõe o sistema rodoviário, bem como conservação e recuperação de trechos assumidos recentemente através de Termos Aditivos ao Contrato de Concessão.

Para o pleno atendimento do PER, são estimados ao longo da concessão R\$ 6,8 bilhões em investimentos, sendo R\$ 3,4 bilhões durante os primeiros 5 anos do Projeto (valores em moeda real de novembro 2013).

## 3. Informações da Companhia

### 3.1. Gestão de Pessoas

A base para integração de Pessoas dentro da empresa é feita através dos princípios, conceitos e critérios da Tecnologia Empresarial Odebrecht (“TEO”). Nos pilares da TEO está a orientação para os resultados, a descentralização da gestão através da delegação planejada e a educação pelo e para o trabalho.

A base de todo o trabalho é a confiança nas pessoas e em sua capacidade de buscar seu autodesenvolvimento pessoal e profissional. A CRO terminou o terceiro trimestre de 2016 com o efetivo de 725 integrantes diretos.

### 3.2. Atendimento ao Usuário

A CRO presta serviços de atendimento ao usuário com a disponibilização de 18 bases operacionais, serviço de atendimento médico com 13 ambulâncias de resgate e 5 UTI’s com médico, 19 viaturas de inspeção, 18 guinchos para atendimento a veículos de passeio e 8 para atendimento exclusivo a caminhões, além de 5 caminhões de combate a incêndio (caminhões-pipa), 5 guindautos e 5 carretinhas para transporte de animais. Toda esta estrutura está disponível a todos os usuários da rodovia, bem como o telefone de emergência gratuito (0800 065 0163), além do Centro de Controle de Operações (“CCO”), que monitora a rodovia 24 horas por dia.

Durante janeiro a setembro de 2016 o CCO registrou 90.474 ocorrências, das quais resultaram em acionamentos para os veículos de apoio, destacando-se:

## Comentário do Desempenho

### Comentário de Desempenho

- 83.652 acionamentos para atendimento mecânico e apoio operacional pelos veículos de inspeção de tráfego, guindauto e combate a incêndio;
- 2.177 acionamentos para remoção de veículos;
- 2.341 acionamentos para as ambulâncias.

### 4. Governança

A Concessionária Rota do Oeste S.A. é uma sociedade anônima, de propósito específico, de capital fechado registrada na categoria B perante a CVM, criada sob a forma de subsidiária integral da Odebrecht Rodovias S.A.

A estrutura de Governança Corporativa da Companhia está atualmente calçada em duas entidades principais, o Conselho de Administração e a Diretoria da Companhia.

De acordo com o estatuto social da Companhia, o Conselho de Administração deve ser composto de, no mínimo, três e, no máximo, seis membros efetivos e respectivos suplentes, a serem eleitos e destituídos a qualquer tempo pela Assembleia Geral da Sociedade, com um mandato unificado de dois anos, sendo permitida a reeleição.

O Conselho de Administração tem sua atuação definida no âmbito institucional da organização, atuando na fixação da orientação geral dos negócios da Companhia, na análise dos relatórios da administração e contas da Diretoria, na convocação de assembleias, na aprovação do Plano de Negócios, entre outras atribuições.

A Diretoria é o órgão executivo e de representação da Companhia. A Diretoria deverá ser composta de no mínimo dois Diretores, e, no máximo, quatro Diretores eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Técnico de Engenharia, e um Diretor de Operações. Os Diretores são eleitos pelo Conselho de Administração para um mandato de dois anos, admitida a reeleição.

A Rota do Oeste implantou, em 2014, um Sistema de Conformidade com o objetivo de endereçar regras e procedimentos para assegurar a conformidade dos negócios com os requisitos legais e princípios de conduta ética e responsável na tarefa empresarial (“Sistema de Conformidade”). Esse Sistema de Conformidade inclui: (i) implementação do Código de Conduta, aprovado pelo Conselho de Administração, (ii) criação e plena operação dos Canais Linha de Ética disponibilizados em tempo integral para os integrantes, prestadores de serviços, fornecedores, clientes e público em geral, (iii) implantação do Comitê de Ética, com calendário de reuniões periódicas; e (iv) o engajamento dos parceiros comerciais, por meio da inclusão de dispositivos contratuais, com a obrigatoria adesão ao Código de Conduta do Fornecedor e à Cláusula Anticorrupção.

Uma série de iniciativas para aprimoramento e robustez do Sistema de Conformidade da Rota do Oeste foram iniciadas em 2016, as quais decorrem de alterações realizadas no âmbito de sua controladora após reestruturação da estrutura de governança de seu Sistema de Conformidade. Dentre as ações em curso, incluem-se (i) a elaboração de matriz de riscos e controles; (ii) participação em compromissos públicos ligados ao tema conformidade (a Odebrecht Transport S.A. é signatária do Pacto Global da ONU desde março de 2016); (iii) revisão e criação de políticas e diretrizes internas; (iv) plano para capacitação de seus Integrantes sobre o Código de Conduta e políticas/diretrizes internas; e (v) elaboração de campanhas de comunicação interna para reforço das mensagens do Código de Conduta da Rota do Oeste.

### 5. Responsabilidade Socioambiental

## **Comentário do Desempenho**

### **Comentário de Desempenho**

#### **5.1. Desempenho Social e Benefício às Comunidades**

No terceiro trimestre de 2016 a Companhia realizou o projeto Rota Segura, FETRAN – Festival Estudantil Temático de Teatro para o Trânsito e Infância de Direitos.

O projeto Rota Segura beneficiou 4 cidades em 3 edições, entre os dias 15 e 19 de agosto o Projeto foi realizado nas cidades de Juscimeira e São Pedro da Cipa; de 29 de agosto a 02 de setembro, em Rondonópolis; e de 26 a 30 de setembro em Jaciara. No que tange o público infantil, o Rota Segura atingiu 29 escolas do ensino fundamental e educação infantil beneficiando diretamente 6.056 alunos. O público jovem contemplado nas campanhas realizadas pelo projeto no período são estudantes do ensino médio, com idades variando entre 14 e 16 anos, estudantes universitários de Rondonópolis, na Universidade Anhanguera, e de Jaciara do Instituto Federal de Mato grosso, foram ao todo 17 palestras ministradas nas três edições realizadas no trimestre, o que possibilitou impactar 3.275 jovens. O público adulto foi atendido através de palestras realizadas em empresas e postos de combustível localizados na rodovia BR163-MT, nas três edições realizadas no trimestre o projeto beneficiou 1.555 pessoas do público adulto, através de 16 palestras.

A Concessionária participou ainda da Etapa Final do FETRAN, realizado pela Polícia Rodoviária Federal em Mato Grosso, ocorrido entre 04 a 9 de julho em Cuiabá. Nesta etapa, o projeto contou com um público espectador de 4.200 pessoas, no Teatro Zulmira Canavarros em Cuiabá-MT.

No 3T16 a CRO gerou ingressos de recursos direto aos cofres dos municípios limieiros no valor de R\$ 1.170 mil a título de ISSQN sobre os investimentos realizados em obras, e R\$ 4.849 mil a título de ISSQN sobre a arrecadação do pedágio, totalizando a destinação de R\$ 4.777 e R\$ 13.663 mil durante o primeiro semestre de 2016, respectivamente.

#### **5.2. Sustentabilidade**

A gestão ambiental da CRO inclui a execução de programas como o Programa Integrado de Controle e Gestão Ambiental para a Construção, Programa de Monitoramento e Controle dos Atropelamentos da Fauna Silvestre, Programa de Monitoramento e Controle de Supressão Vegetal, e todos aqueles que são condicionantes do processo de licenciamento das obras de duplicação.

Durante a elaboração dos estudos ambientais para o licenciamento das obras de duplicação, foram considerados potenciais impactos nas comunidades indígenas localizadas em um raio de 40 km dos trechos a serem duplicados, conforme determinado na Portaria Interministerial nº 419/2011. Na área considerada existem dois Territórios Indígenas (“TI”) da etnia Bororo, as TIs Tereza Cristina e Tadarimana, que somam mais de mil indígenas.

A CRO obteve, em 24 de janeiro de 2016, as certificações da efetiva implantação e conformidade de seus Sistemas de Gestão baseados na NBR ISO 9001:2008 e NBR ISO 14001:2004. As conquistas dos Selos ISO reafirmam o compromisso da CRO na implantação de uma gestão moderna, transparente, voltada para o atendimento integral dos requisitos ambientais e às melhores práticas de governança corporativa.

A certificação é apenas o início da busca contínua pela melhoria dos nossos processos de gestão, que se traduzem no correto atendimento aos usuários da BR-163/MT.

**Notas Explicativas**

# Notas explicativas da administração às informações intermediárias condensadas de 30 de setembro de 2016 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1. Informações gerais**

A Concessionária Rota do Oeste S.A. (“Companhia” ou “CRO”), com sede em Cuiabá, Mato Grosso, é uma sociedade anônima de propósito específico e capital fechado, foi constituída em 27 de dezembro de 2013 e iniciou suas operações em 6 de setembro de 2015, tendo como objetivo explorar, pelo regime de concessão, o sistema rodoviário composto por trechos da BR-163/MT e BR-070/MT, com prazo de 30 anos conforme Contrato de Concessão firmado com a União por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT” ou “Poder Concedente”).

<b>Objeto do contrato</b>	<b>Prazo</b>	<b>Poder concedente</b>
O objeto do Contrato é a Concessão para exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário. A Concessão é remunerada mediante cobrança de tarifa de pedágio, dentre outros.	30 anos	ANTT

A Companhia é parte integrante da Organização Odebrecht, sendo controlada diretamente pela Odebrecht Rodovias S.A. (“ODBVias”) e indiretamente pela Odebrecht Transport S.A. (“OTP”).

Em 05 de janeiro de 2016, a Companhia pediu registro para categoria “B” à Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), o qual permite a emissão de qualquer valor mobiliário, exceto ações, não havendo pedido de oferta pública de distribuição concomitante. O registro foi deferido em 07 de junho de 2016.

O pedido de registro de companhia aberta foi motivado em razão da intenção da Companhia ampliar sua imagem institucional perante os seus credores, fornecedores, acionistas, funcionários, poder concedente e o mercado em geral, acessar e se consolidar no mercado de capitais brasileiro.

## Notas Explicativas

### **Capital circulante líquido negativo**

Em 30 de setembro de 2016, a Companhia apresenta o Capital Circulante Líquido (“CCL”) negativo de R\$ 1.294.630 (31 de dezembro de 2015 – R\$ 894.202), principalmente, em virtude dos financiamentos de curto prazo contratados junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (“BNDES”) e a Caixa Econômica Federal (“CEF”), com vencimentos em 15 de novembro de 2016 e 20 de fevereiro de 2017, respectivamente. A Companhia previa em seu Plano de negócios, a captação de empréstimo de longo prazo junto ao BNDES para o financiamento das obras previstas no Contrato de Construção e liquidação dos empréstimos de curto prazo, porém a deterioração do cenário econômico e político do país trouxe implicação direta no mercado de crédito, impactando a estruturação do financiamento de longo prazo da Companhia e os termos de garantias dos acionistas. Para equalizar os efeitos do CCL negativo, a Companhia utilizará os recursos advindos das atividades operacionais da Companhia, os aportes dos acionistas (Nota 20) e os mútuos subordinados contratados (Nota 11), no decorrer do ano de 2016, para equalizar o CCL, até que ocorra a captação do empréstimo de longo prazo.

### **Operação Lava Jato**

Como é de conhecimento público, desde 2014 encontram-se em andamento investigações e outros procedimentos legais conduzidos pela Justiça Federal e pelo Ministério Público Federal e outras autoridades públicas, no contexto da chamada Operação Lava Jato, que investiga, principalmente, práticas relacionadas à corrupção e lavagem de dinheiro, e que envolvem empresas, ex-executivos e executivos do Grupo Odebrecht, os quais são acionistas diretos, da Companhia. A Companhia não foi objeto de nenhuma ação direta por parte das autoridades. Considerando que as investigações ainda estão em andamento, não há como determinar se a Companhia será afetada pelos resultados das referidas investigações e por quaisquer de seus desdobramentos e suas consequências futuras.

Em 22 de março de 2016, a Organização Odebrecht divulgou nota sobre sua intenção de colaborar de forma definitiva com as investigações da Operação Lava Jato. Os administradores da Companhia não têm conhecimento do conteúdo das ações e medidas tomadas pelos administradores das outras empresas do Grupo Odebrecht relacionadas a eventuais acordos ou discussões correspondentes, bem como do conteúdo de outras ações administrativas e judiciais em curso contra outras empresas do Grupo Odebrecht no âmbito da Operação Lava Jato.

Conforme exposto a seguir, a Administração da Companhia continua tomando diversas medidas visando o robustecimento do seu sistema de conformidade, segundo as mais atuais metodologias, além de continuar a constante avaliação e apuração dos fatos ocorridos, inclusive com o apoio de terceiros, sempre com vistas a assegurar as melhores práticas brasileiras e internacionais de governança.

A Companhia possui um sistema de Conformidade com o objetivo de endereçar regras e procedimentos para assegurar a conformidade dos negócios com os requisitos legais e princípios de conduta ética e responsável na tarefa empresarial (“Sistema de Conformidade”). Esse Sistema de Conformidade inclui: (i) implementação do Código de Conduta, já aprovado pelo Conselho de Administração, (ii) criação e plena operação dos Canais Linha de Ética disponibilizados em tempo integral para os integrantes, prestadores de serviços, fornecedores, clientes e público em geral, (iii) implantação do Comitê de Ética, com calendário de reuniões periódicas; e (iv) o engajamento dos parceiros comerciais, através da inclusão de dispositivos contratuais, com a obrigatória adesão ao Código de Conduta do Fornecedor e à Cláusula Anticorrupção.

## Notas Explicativas

Neste ano de 2016, com o objetivo de aperfeiçoar o Sistema de Conformidade, a controladora indireta OTP alterou sua estrutura de Governança do Sistema de Conformidade com a criação do Comitê de Conformidade, órgão de caráter permanente, de apoio ao Conselho de Administração da OTP, bem como criou a função do *Chief Compliance Officer*, responsável pelo programa de conformidade, com reporte direto ao coordenador do Comitê de Conformidade. Adicionalmente, a Companhia (i) participa em ações coletivas e compromissos públicos ligados ao tema de Conformidade (a OTP é signatária do Pacto Global desde 11 de março de 2016); (ii) está revisando e elaborando novas políticas com apoio de escritório externo de renome internacional (dentre elas, Política Anticorrupção, Concorrência Leal, Relacionamento com Entidades e Agentes Públicos, Partes Relacionadas, Lavagem de Dinheiro, Contratação de Terceiros, entre outras); (iii) está implementando a metodologia de Governança, Riscos e *Compliance* (“GRC”), o que inclui a criação da área de auditoria interna; (iv) contratou empresa de consultoria para elaborar Matriz de Riscos e Controles para o Grupo, trabalho esse já iniciado; (v) realiza um plano anual de treinamentos das novas políticas e código de conduta; e (vi) está revisando o código de conduta vigente para endereçar alterações na legislação brasileira e mudanças de procedimentos internos.

Embora a Companhia (i) não tenha sido notificada a respeito de ser objeto de qualquer investigação promovida por órgãos reguladores internos ou organismos internacionais contra a Companhia ou seus executivos relacionada à Operação Lava Jato, (ii) nunca tenham sofrido busca e apreensão em seus estabelecimentos, (iii) não tenha tido nenhum executivo indiciado, denunciado ou tampouco condenado; e (iv) não haja como determinar se a Companhia será afetada pelos resultados das referidas investigações e por quaisquer de seus desdobramentos e suas consequências futuras.

A Administração reforça que, no limite do seu conhecimento, não existe envolvimento da Companhia, seus executivos, ex-executivos ou funcionários nas referidas acusações e desconhece qualquer relacionamento e/ou pagamentos por parte da Companhia para as empresas e pessoas alvos envolvidas nas citadas investigações que não estivessem baseados em contratos legalmente válidos ou em conformidade com prestações de serviços e/ou transações em condições usuais de mercado.

A emissão dessas demonstrações contábeis intermediárias condensadas foi autorizada pela diretoria da Companhia em 31 de outubro de 2016.

### **2. Políticas contábeis adotadas**

Estas demonstrações contábeis intermediárias condensadas devem ser lidas em conjunto com as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2015, que foram preparadas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPCs”) e normas definidas pela CVM.

As políticas contábeis apresentadas nas demonstrações contábeis intermediárias condensadas são as mesmas utilizadas nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2015.

As demonstrações contábeis intermediárias condensadas foram preparadas em conformidade com o CPC 21 – “Demonstração intermediária”.

## Notas Explicativas

A preparação das informações requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das suas práticas contábeis. Não ocorreram mudanças significativas nas premissas e julgamentos por parte da Administração da Companhia no uso das estimativas para preparação destas informações em relação àquelas utilizadas nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2015.

A Companhia não possuía outros resultados abrangentes no período findo em 30 de setembro de 2016 e de 2015. Dessa forma, as demonstrações de resultados abrangentes nessas datas não estão sendo apresentadas.

### 3. Gestão de risco financeiro

#### a) Considerações gerais

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar aos fornecedores e empréstimos e financiamentos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

#### b) Gerenciamentos de riscos

A Companhia está exposta a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, a riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplemento de sua contraparte em aplicações financeiras e contas a receber.

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

#### c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimo e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados:

## Notas Explicativas

	Menos de um ano	Entre um e dois anos
<b>Em 30 de setembro de 2016</b>		
Fornecedores	24.520	809
Fornecedores - partes relacionadas	26.469	-
Mútuos - partes relacionadas	287.142	-
Empréstimos e financiamentos	1.013.989	-
<b>Em 31 de dezembro de 2015</b>		
Fornecedores	81.130	1.987
Fornecedores - partes relacionadas	52.166	-
Mútuos - partes relacionadas	146.208	-
Empréstimos e financiamentos	634.959	303.419

- Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores estão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos, fornecedores e outras obrigações;
- As faixas de vencimento apresentadas refletem os prazos contratualmente pactuados com os credores.

### d) Exposição a riscos de taxas de juros e índice de inflação

A Companhia está exposta ao risco de variação as taxas de juros, o que pode causar um aumento em sua despesa financeira com o provisionamento de juros futuros.

#### Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação da taxa de juros TJLP (“Taxa de Juros de Longo Prazo”), principais exposições de risco de mercado da Companhia.

As avaliações de sensibilidade dos instrumentos financeiros à esta variável são apresentadas a seguir:

#### (i) Seleção dos riscos

A Companhia selecionou os riscos de mercado que mais podem afetar os valores dos instrumentos financeiros por ela detidos como sendo a taxa de juros TJLP.

#### (ii) Seleção dos cenários

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia apresenta na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia.

Como cenário provável (Cenário I) na taxa de juros TJLP foram consideradas as projeções apresentadas abaixo\*:

Indicador	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
TJLP	7,5%	7,5%	7,5%	7,5%	7,5%	7,5%	7,5%	7,5%	7,5%	7,5%

## Notas Explicativas

(\*) Fonte: Projeção Banco Caixa Geral - 30/09/2016.

Para os dois cenários adversos na taxa de juros TJLP foram consideradas uma alta de 25% sobre as projeções apresentadas acima como cenário adverso possível (Cenário II) e de 50% como cenário adverso extremo (Cenário III).

As taxas consideradas foram:

Indicador	Cenário I Provável	Cenário II Adverso Possível	Cenário III Adverso Extremo
TJLP (*)	7,5%	9,4%	11,3%

(\*) Refere-se à média aritmética da projeção de 2016 a 2025 das taxas apresentadas acima.

### (iii) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros – TJLP

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação da taxa de juros TJLP, é apresentada na tabela abaixo:

Instrumento	Vencimento	Risco	Juros a incorrer		
			Cenário I Provável	Cenário II Adverso Possível	Cenário III Adverso Extremo
Financiamento Ponte BNDES	nov/16	Alta TJLP	94.240	94.281	94.322
Empréstimo Ponte CEF	fev/17	Alta TJLP	34.886	34.938	34.990

A administração desses instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégia operacional, visando liquidez, rentabilidade e segurança. O procedimento interno consiste em acompanhamento permanente da taxa contratada versus as taxas de mercado vigentes.

As operações desses instrumentos são realizadas pela área de estruturação financeira e tesouraria da Companhia, por meio de avaliação e estratégia de operações previamente aprovadas pela diretoria.

As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises e às mudanças inerentes de mercado.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos ou demais instrumentos financeiros atrelados durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016.

## Notas Explicativas

### e) Exposição a riscos de crédito

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida, visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições consideradas pela administração como de primeira linha.

### 3.1. Gestão de capital

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (incluindo empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e conta reserva. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de endividamento podem ser assim sumariados:

	30 de setembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Total dos empréstimos e financiamentos (Nota 15)	1.013.989	938.378
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(5.745)	(5.288)
Aplicações financeiras (Nota 7)	(10.652)	(5.017)
Conta reserva (Nota 8)	(29.441)	-
<b>Dívida líquida</b>	<b>968.151</b>	<b>928.073</b>
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>286.995</b>	<b>200.892</b>
<b>Total do capital</b>	<b>1.255.146</b>	<b>1.128.965</b>
<b>Índice de alavancagem financeira - %</b>	<b>77</b>	<b>82</b>

### 3.2. Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), quando aplicável, estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para instrumentos financeiros similares.

## 4. Instrumentos financeiros por categoria

	Ativos ao valor justo por meio do resultado		Empréstimos e recebíveis	
	30 de setembro de 2016	31 de dezembro de 2015	30 de setembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Ativos, conforme o balanço patrimonial				
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	5.745	5.288
Aplicações financeiras	10.652	5.017	-	-
Conta reserva	29.441	-	-	-
Contas a receber	-	-	21.148	17.924
Outros ativos	-	-	446	2.324
	<b>40.093</b>	<b>5.017</b>	<b>27.339</b>	<b>25.536</b>

## Notas Explicativas

	Outros passivos financeiros	
	30 de setembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Passivos, conforme o balanço patrimonial		
Empréstimos e financiamentos	1.013.989	938.378
Fornecedores	25.329	83.117
Fornecedores - Partes relacionadas	26.469	52.166
Mútuos - partes relacionadas	287.142	146.208
Contas a pagar	6.563	2.758
	<b>1.359.492</b>	<b>1.222.627</b>

### 5. Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A Companhia mantém seus ativos financeiros em instituições financeiras de primeira linha. A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	30 de setembro de 2016	31 de dezembro de 2015
<b>Contas a receber</b>		
Contra partes sem classificação externa de crédito		
Pedágios	20.626	17.654
Receitas acessórias	522	270
<b>Total de contas a receber</b>	<b>21.148</b>	<b>17.924</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras</b>		
Contra partes com classificação externa de crédito		
Instituição financeira	40.093	5.017
	<b>40.093</b>	<b>5.017</b>
Contra partes sem classificação externa de crédito		
Caixa geral	17	18
Bancos conta movimento	3.736	3.949
Numerários em trânsito	1.354	784
Fundo de troca	638	537
	<b>5.745</b>	<b>5.288</b>
	<b>45.838</b>	<b>10.305</b>

### 6. Caixa e equivalentes de caixa

	30 de setembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Caixa geral	17	18
Bancos conta movimento	3.736	3.949
Numerários em trânsito	1.354	784
Fundo de troca	638	537
	<b>5.745</b>	<b>5.288</b>

### 7. Aplicações financeiras

Em 30 de setembro de 2016, a Companhia apresenta aplicações financeiras no montante de R\$ 10.652 (31 de dezembro de 2015 – R\$ 5.017). A Companhia mantém aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, prontamente conversíveis em caixa, remuneradas a taxas que variam entre 100% a 102% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário). Os recursos aplicados serão utilizados na melhoria da infraestrutura da rodovia.

### 8. Conta reserva

Em 26 de julho de 2016, a Companhia assinou aditivo contratual junto ao BNDES referente ao contrato de financiamento ponte (Nota 15), o aditivo contratual prevê entre outras alterações a

## Notas Explicativas

obrigatoriedade da Companhia constituir uma Conta reserva com depósitos equivalentes aos juros devidos desde 15 de maio de 2016.

É permitido que a Companhia destine os depósitos dos recursos ao fundo de investimento Itaú TOP Referenciado, os valores depositados representam uma garantia da liquidação dos juros devidos do contrato de financiamento ponte.

Em 30 de setembro de 2016, a Companhia apresenta o saldo de R\$ 29.441, aplicados no fundo de investimento Itaú Top Referenciado remuneradas a taxas que variam entre 99,80% a 101,50% do CDI.

### 9. Contas a receber

	30 de setembro de 2016	31 de dezembro de 2015
<i>Automatic Vehicle Identification ("AVI")</i>	15.807	12.831
Vale pedágio	4.819	4.823
Receitas acessórias	522	270
	<b>21.148</b>	<b>17.924</b>

As contas a receber são representadas, substancialmente, por recebíveis de pedágio eletrônico e vale pedágio.

Em 30 de setembro de 2016, a Administração, com base em sua avaliação do risco de crédito, entende que não se faz necessária a constituição de provisão para perdas na realização das contas a receber.

### 10. Despesas antecipadas

	30 de setembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Seguros a apropriar	6.348	6.475
Despesas com financiamentos e outras	3.021	2.475
	<b>9.369</b>	<b>8.950</b>
Ativo circulante	7.074	5.533
Ativo não circulante	2.295	3.417

### 11. Partes relacionadas

	Saldos			Transações	
	Ativo	Passivo		Resultado	
		Mútuo	Fornecedores	Serviços prestados	Despesas financeiras
Odebrecht Ambiental S.A. (i)	-	-	17	159	-
Construtora Noberto Odebrecht S.A. ("CNO") (ii)	-	-	75	633	-
Odebrecht Engenharia e Construção Internacional S.A. ("OECI")	-	-	22.259	87.995	2.055
Odebrecht Rodovias S.A. (iv)	-	248.063	-	-	20.116
Odebrecht Rodovias S.A. (v)	-	-	3.822	4.807	-
Odebrecht Serviços e Participações S.A. (vi)	-	-	242	17.212	524
Odebrecht Transport S.A. (vii)	-	39.079	-	-	7.494
Odebrecht Previdência ("Odeprev") (viii)	-	-	54	185	-
<b>Em 30 de setembro de 2016</b>	-	<b>287.142</b>	<b>26.469</b>	<b>110.991</b>	<b>30.189</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>89</b>	<b>146.208</b>	<b>52.166</b>	<b>210.053</b>	-

## Notas Explicativas

### a) Composição

Em 30 de setembro de 2016, os saldos de ativos e passivos, bem como as transações que influenciaram o resultado relativo a operações com partes relacionadas, estão apresentados a seguir:

- (i) Refere-se a prestação de serviços de apoio ao *software* de gestão financeira (sistema administrativo-financeiro), pela Odebrecht Ambiental S.A.
- (ii) Refere-se a rateio de despesas de serviços compartilhados (apoio financeiro e tecnologia da informação) prestados pela CNO.
- (iii) Em 20 de dezembro de 2013, a Companhia celebrou um contrato de EPC (Engineering, Procurement and Construction), na modalidade empreitada integral, por preço global e prazo determinado (turn-key lump sum), com a Construtora Norberto Odebrecht Brasil S.A. (“CNO BR”), atual OECI, para execução das obras de recuperação e ampliação de capacidade do sistema rodoviário da rodovia BR-163/MT, com prazo para a conclusão de 60 meses contados a partir da data de assunção da rodovia pela Companhia. O preço global do contrato deverá ser reajustado anualmente, este reajuste de preços unitários do contrato de construção é calculado a partir de uma combinação de índices: mão de obra, produtos siderúrgicos, óleo diesel, Índice Nacional de Custo da Construção (“INCC”), Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”), Índice de Obras Rodoviárias - pavimentação, terraplenagem e ligantes betuminosos.

A contratação da OECI para execução dos serviços de obras de ampliação e melhorias da rodovia BR-163/MT obedeceu aos mesmos critérios estabelecidos para os demais fornecedores, inclusive nos quesitos valor de mercado e especificações técnicas e foram devidamente autorizadas pelo Conselho de Administração.

Este contrato possui como garantia um Seguro Garantia no valor de R\$ 116.926 para o cumprimento das obrigações do tomador vinculadas ao contrato de engenharia, fornecimento e construção das obras de recuperação e ampliação do sistema rodoviário composto por trechos da rodovia br-163/MT.

No período findo em 30 de setembro de 2016, a Companhia registrou o montante de R\$ 22.259 referente aos serviços de construção da infraestrutura e o montante de R\$ 2.055 registrados em despesas financeiras, refere-se a juros por atraso nos pagamentos à OECI.

- (iv) Em 30 de setembro de 2015 e 19 de novembro de 2015, a Companhia assinou contratos de mútuo com a ODBVias no montante total de R\$ 141.820, remunerados a taxa de 125% do CDI. O valor atualizado da dívida é de R\$ 248.063, com vencimento em 30 de junho de 2016 renovável automaticamente por até 6 períodos sucessivos de 30 dias. A Companhia reconheceu no período findo em 30 de setembro de 2016 o montante de R\$ 20.116 de juros.

## Notas Explicativas

11

Em 07 de julho de 2016, a controladora indireta OTP, assinou contratos de Cessão de Créditos com sua controlada direta ODBVias, nos quais cede os direitos creditórios dos contratos de mútuos que detinha com a Companhia, nos valores atualizados de R\$ 20.414, R\$ 15.957 e R\$ 21.139. Os termos dos contratos originais dos mútuos se mantiveram inalteradas. Portanto, a partir desta data a Companhia torna-se devedora dos valores dos contratos de mútuos citados anteriormente à sua acionista ODBVias. Em 30 de setembro de 2016, os saldos atualizados dos mútuos são de R\$ 21.306, R\$ 16.655 e R\$ 22.064 (Nota 11 (vii)).

Em 08 de julho de 2016, Companhia assinou contrato de mútuo subordinado com a ODBVias no montante de R\$ 20.222, remunerados a taxa de 125% do CDI, o prazo para pagamento e liquidação do mútuo subordinado, vencerá em 30 de dezembro de 2016, renovável automaticamente por até 6 períodos sucessivos de 30 dias, levando-se em conta que o mútuo subordinado não poderá vencer anteriormente ao contrato de empréstimo ponte com o BNDES, desta forma, o pagamento do mútuo fica subordinado a liberação do empréstimo de longo prazo com o BNDES. O mútuo poderá ser liquidado antecipadamente, caso o empréstimo de longo prazo seja liberado pelo BNDES antes da data de vencimento do mútuo.

Em 30 de setembro de 2016, o saldo atualizado do mútuo é R\$ 21.019.

Os recursos captados através destas operações de mútuos deverão ser exclusivamente utilizados pela Companhia para investimentos na rodovia.

No período findo em 30 de setembro de 2016, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 20.116 de juros sobre os contratos de mútuo com a ODBVias.

- (v) Em 8 de outubro de 2015, a Companhia celebrou Contrato de Gerenciamento de Engenharia e Construção com a ODBVias, que tem por objeto gerenciar as obras e os projetos executados por terceiros contratados pela Companhia. Este contrato prevê duas naturezas distintas de remuneração, quais sejam, “remuneração fixa” e “remuneração variável”. A remuneração fixa será paga mensalmente pela Companhia, de acordo com as medições do cronograma físico-financeiro do contrato e a remuneração variável é referente a um mérito por eficiência de engenharia e/ou melhorias técnico-comerciais. Os custos serão reajustados com base no IPCA. Não há garantias previstas neste contrato.
- (vi) Em 17 de julho de 2015, a Companhia celebrou contrato com a Odebrecht Serviços e Participações S.A., referente a locação de máquinas e equipamentos utilizados na construção da rodovia BR-163 MT, com prazo de 12 meses, podendo variar para mais ou para menos de acordo com as locações efetivamente concretizadas dos equipamentos. Decorridos 12 meses do início do contrato, as partes deverão proceder reajuste dos preços unitários das locações, tendo como base o índice INCC-DI, Série 3, acumulado no período. No período findo em 30 de setembro de 2016, foi registrado o montante de R\$ 17.212. Não há garantias previstas neste contrato.

## Notas Explicativas

12

**(vii)** Em 23 de fevereiro de 2016, a Companhia firmou contrato de mútuo subordinado com a OTP, no valor de R\$ 19.101, remunerado à taxa de 125% do CDI, com vencimento inicial previsto para 30 de junho de 2016, renovável automaticamente por até 6 períodos sucessivos de 30 dias, levando-se em conta que o mútuo subordinado não poderá vencer anteriormente ao contrato de empréstimo ponte com o BNDES, desta forma, o pagamento do mútuo fica subordinado a liberação do empréstimo de longo prazo com o BNDES. O mútuo poderá ser liquidado antecipadamente, caso o empréstimo de longo prazo seja liberado pelo BNDES antes da data de vencimento do mútuo. A OTP cedeu o mútuo atualizado no montante de R\$ 20.414 para a ODBVias (Nota 11 (iv)).

Em 14 de março de 2016, a Companhia firmou contrato de mútuo com a OTP, no valor de R\$ 15.086, remunerado à taxa de 125% do CDI, enquanto não ocorre a liberação dos recursos junto ao BNDES, com vencimento inicial previsto para 29 de abril de 2016, renovável automaticamente por até 6 períodos sucessivos de 30 dias, levando-se em conta que o mútuo subordinado não poderá vencer anteriormente ao contrato de empréstimo ponte com o BNDES, desta forma, o pagamento do mútuo fica subordinado a liberação do empréstimo de longo prazo com o BNDES. O mútuo poderá ser liquidado antecipadamente, caso o empréstimo de longo prazo seja liberado pelo BNDES antes da data de vencimento do mútuo. A OTP cedeu o mútuo atualizado no montante de R\$ 15.957 para a ODBVias (Nota 11 (iv)).

Em 28 de março de 2016, a Companhia firmou contrato de mútuo com a OTP, no valor de R\$ 20.105, remunerado à taxa de 125% do CDI, enquanto não ocorre a liberação dos recursos junto ao BNDES, com vencimento inicial previsto para 02 de maio de 2016, renovável automaticamente por até 6 períodos sucessivos de 30 dias, levando-se em conta que o mútuo subordinado não poderá vencer anteriormente ao contrato de empréstimo ponte com o BNDES, desta forma, o pagamento do mútuo fica subordinado a liberação do empréstimo de longo prazo com o BNDES. O mútuo poderá ser liquidado antecipadamente, caso o empréstimo de longo prazo seja liberado pelo BNDES antes da data de vencimento do mútuo. A OTP cedeu o mútuo atualizado no montante de R\$ 21.139 para a ODBVias (Nota 11 (iv)).

Em 24 de junho de 2016, a Companhia firmou contrato de mútuo com a OTP, no valor de R\$ 37.425, remunerado à taxa de 125% do CDI, enquanto não ocorre a liberação dos recursos junto ao BNDES, com vencimento inicial previsto para 30 de dezembro de 2016, com previsão de ser aditado de tempos em tempos, devido a cláusula de subordinação prevista no contrato, o mútuo deverá ser amortizado após a liquidação do empréstimo ponte firmado com o BNDES. Em 30 de setembro de 2016, o saldo atualizado do mútuo é de R\$ 39.079.

No período findo em 30 de setembro de 2016, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 7.494 de juros sobre o contrato de mútuo.

**(viii)** Odeprev refere-se a plano de previdência complementar da Companhia.

**Notas Explicativas**

13

**b) Honorários da diretoria**

A remuneração paga aos administradores estatutários e do Conselho de Administração da Companhia no período findo em 30 de setembro de 2016 e de 2015, totalizaram os montantes de R\$ 2.632 e R\$ 2.629 (reapresentado), respectivamente.

	30 de setembro de 2016	30 de setembro de 2015 (Reapresentado)
Salários	2.187	2.180
Encargos	437	436
Previdência complementar	8	13
	<b>2.632</b>	<b>2.629</b>

A Companhia está reapresentando a remuneração paga aos administradores em 30 de setembro de 2015 para complementar valores adicionais de salários, encargos e benefícios, conforme abaixo:

	30 de setembro de 2015		
	Original	Ajuste	Reapresentado
Honorários da diretoria	822	1.807	2.629

**c) Participação no lucros e resultados**

Em 30 de setembro de 2016 a Companhia provisionou participação nos resultados aos empregados no montante de R\$ 3.499 (31 de dezembro de 2015 – R\$ 4.890) (Nota 16).

**12. Imposto de renda e contribuição social diferidos****Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos**

Os saldos de ativos e passivos diferidos apresentam-se como segue:

	30 de setembro de 2016	31 de dezembro de 2015
<b>Ativo (passivo) fiscal diferido</b>		
Prejuízo fiscal	16.741	14.648
Resultado pré-operacional	23.714	28.345
Juros capitalizados e custo de transação	(30.005)	(22.643)
	<b>10.450</b>	<b>20.350</b>

Conforme as projeções de resultados preparadas pela Administração da Companhia os lucros tributáveis futuros permitem a total realização do ativo diferido existente em 30 de setembro de 2016, a realização está prevista para ocorrer da seguinte forma:

	30 de setembro de 2016	31 de dezembro de 2015
<b>2016</b>	-	7.918
<b>2017</b>	3.961	3.961
<b>2018</b>	-	-
<b>2019</b>	-	-
<b>2020 em diante</b>	6.489	8.471
	<b>10.450</b>	<b>20.350</b>

## Notas Explicativas

14

Como base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas no lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, e outras variações, não existe uma correlação imediata entre o resultado da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização destes créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

### 13. Imobilizado

	Equipamentos e instalações	Computadores e periféricos	Móveis e utensílios	Veículos	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Total
Custo	882	1.215	573	1.819	1.654	6.143
Depreciação/exaustão	(69)	(224)	(98)	(584)	(873)	(1.848)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>813</b>	<b>991</b>	<b>475</b>	<b>1.235</b>	<b>781</b>	<b>4.295</b>
Aquisições	18	132	10	127	186	473
Depreciação	(102)	(192)	(51)	(267)	(510)	(1.122)
Baixa líquida	-	-	-	(59)	-	(59)
<b>Saldo contábil</b>	<b>729</b>	<b>931</b>	<b>434</b>	<b>1.036</b>	<b>457</b>	<b>3.587</b>
Custo	900	1.347	583	1.842	1.840	6.512
Depreciação/exaustão acumulada	(171)	(416)	(149)	(806)	(1.383)	(2.925)
<b>Saldo em 30 de setembro de 2016</b>	<b>729</b>	<b>931</b>	<b>434</b>	<b>1.036</b>	<b>457</b>	<b>3.587</b>
Taxas anuais de depreciação (%)	10	5	5 a 10	20	*	

(\*) Esses itens são depreciados pelo prazo do contrato de locação, que encerra-se em 17 de março de 2017.

A depreciação do imobilizado está alocada nas rubricas “Custo de serviços” e “Gerais e administrativos” na Demonstração do resultado do período, conforme Notas 22 e 23.

### 14. Intangível

#### Infraestrutura

	Recuperação	Operação	Melhoramentos	Intangível em formação	Software	Total
Custo	-	614	15.556	1.366.437	307	1.382.914
Transferências	556.053	47.602	129.800	(733.455)	-	-
Amortização	(5.928)	(809)	(4.376)	-	(64)	(11.177)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>550.125</b>	<b>47.407</b>	<b>140.980</b>	<b>632.982</b>	<b>243</b>	<b>1.371.737</b>
Aquisições	-	27	-	216.405	62	216.494
Transferências	190.300	18.742	372.621	(581.663)	-	-
Amortização	(8.806)	(745)	(7.566)	-	(47)	(17.164)
Baixas líquidas de amortização	-	(11)	(827)	-	-	(838)
<b>Saldo contábil</b>	<b>731.619</b>	<b>65.420</b>	<b>505.208</b>	<b>267.724</b>	<b>258</b>	<b>1.570.229</b>
Custo	746.353	66.968	516.815	267.724	369	1.598.229
Amortização	(14.734)	(1.548)	(11.607)	-	(111)	(28.000)
<b>Saldo em 30 de junho de 2016</b>	<b>731.619</b>	<b>65.420</b>	<b>505.208</b>	<b>267.724</b>	<b>258</b>	<b>1.570.229</b>
Taxas anuais de amortização (%) (*)					20	

(\*) Os demais intangíveis foram amortizados de acordo com o prazo do contrato de concessão (30 anos).

A amortização do intangível está alocada nas rubricas “Custo de serviços” e “Gerais e administrativos” na Demonstração do resultado do período, conforme Notas 22 e 23.

#### (i) Intangível – Infraestrutura

Refere-se aos custos dos investimentos na infraestrutura da concessão, que ao final do contrato serão reversíveis ao poder concedente.

## Notas Explicativas

15

A amortização, dos itens de Recuperação, Operação, Melhoramentos e Intangível em formação, é calculada com base na projeção da curva de demanda, considerando variáveis econômicas e potencial aumento no volume de tráfego, durante o período da Concessão. Esta projeção é reconhecida no resultado e periodicamente revisada.

As adições do período findo em 30 de setembro 2016, refere-se a ampliação de capacidade e melhorias no sistema rodoviário da BR-163/MT, conforme orientação contida na Interpretação ICPC 01-R1 – Contrato de Concessão.

O contrato de concessão representa um direito de cobrar aos usuários da rodovia, através de tarifação, durante todo o período concedido (30 anos).

- **Recuperação**

A descrição da rubrica Recuperação na recuperação da pista existente, na implantação de acessos, viadutos e pontes, na conservação dos canteiros, faixa de domínio e drenagens, além da construção das bases de atendimento aos usuários (SAU) e praças de pedágio.

- **Operação**

A descrição da rubrica Operação consiste basicamente na administração da concessionária, na implantação dos sistemas de controle de tráfego, arrecadação de pedágio, atendimento ao usuário, sistema de telefonia e radiocomunicação e na aquisição de móveis e utensílios das bases SAU e das praças de pedágio.

- **Melhoramentos**

A descrição na rubrica Melhoramentos consiste basicamente na duplicação da pista simples, da sinalização do sistema rodoviário, dos juros e encargos sobre infraestrutura e da construção dos retornos de nível.

- **Intangível em formação**

A descrição da rubrica Intangível em formação é referente aos itens classificados como recuperação, operação e melhoramentos que ainda estão em fase de construção.

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 29.127 no período findo em 30 de setembro de 2016 (30 de setembro de 2015 R\$ 37.347).

Após o início das operações de arrecadação, o critério de amortização destes itens foi alterado para a curva de tráfego, exceto pelo grupo de *softwares*, que é amortizado pelo método linear e alocado ao resultado. Até o início da arrecadação os demais itens do ativo intangível foram amortizados linearmente de acordo com o prazo da concessão.

## Notas Explicativas

**15. Empréstimos e financiamentos**

	Moeda	Encargos financeiros anuais	30 de setembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Empréstimo BNDES (a)	R\$	TJLP + 2,0%	686.765	640.806
Empréstimo Caixa Economica Federal (b)	R\$	TJLP + 3,5%	333.409	307.860
Custos de captação a amortizar	R\$		(6.185)	(10.288)
			<b>1.013.989</b>	<b>938.378</b>
<b>(-) Passivo circulante</b>				
Empréstimos BNDES			682.701	634.959
Empréstimo Caixa Economica Federal			331.288	-
			<b>1.013.989</b>	<b>634.959</b>
<b>Passivo não circulante</b>				
Empréstimo Caixa Economica Federal			-	303.419
<b>Passivo não circulante</b>			-	<b>303.419</b>

**a) BNDES**

Em 11 de setembro de 2014, a Companhia e o BNDES assinaram o contrato de financiamento mediante abertura de crédito nº 14.2.066.1 no montante de R\$ 762.000, destinados aos investimentos iniciais para conservação, recuperação e ampliação da rodovia BR-163 MT, com vencimento inicial em 15 de fevereiro de 2016. Sobre o principal da dívida incidirão juros de 2,00% a.a., acima da TJLP.

O BNDES liberou o montante de R\$ 590.000 para a Companhia, sendo, R\$ 240.000 em 24 de setembro de 2014, R\$ 200.000 em 26 de dezembro de 2014, e R\$ 150.000 em 22 de abril de 2015.

Em 02 de fevereiro de 2016, a Companhia assinou aditivo contratual prorrogando o prazo de carência, utilização e amortização do empréstimo junto ao BNDES, sendo: (i) prazo de carência e de utilização, de 15 de janeiro de 2016 até 15 de março de 2016; e (ii) data de vencimento da parcela única de amortização, de 15 de fevereiro de 2016 para 15 de abril de 2016.

Em 12 de abril de 2016, a Companhia assinou aditivo contratual prorrogando novamente o prazo de carência, utilização e amortização do empréstimo junto ao BNDES, sendo: (i) prazo de carência e de utilização, de 15 de março de 2016 para 15 de abril de 2016, e (ii) data de vencimento da parcela única de amortização, 15 de abril de 2016 para 8 de maio de 2016.

Em 06 de maio de 2016, a Companhia assinou aditivo contratual prorrogando novamente o prazo de amortização do empréstimo para 29 de julho de 2016, mediante assinatura de carta fiança da ODBVias na qual prevê garantia do cumprimento das obrigações no âmbito do Contrato de Prestação de Garantia.

## Notas Explicativas

17

Em 26 de julho de 2016, a Companhia assinou aditivo contratual prorrogando novamente o prazo de vencimento do empréstimo junto ao BNDES de 29 de julho de 2016 para 15 de novembro de 2016, o aditivo contratual prevê entre outras obrigações a constituição de uma Conta reserva com depósitos equivalentes aos juros devidos desde 15 de maio de 2016 (Nota 8), a amortização de principal e juros do empréstimo ponte junto ao BNDES será realizada em parcela única.

### b) Caixa Econômica Federal

Em 20 de agosto de 2015, a Companhia e a CEF assinaram o contrato de financiamento n°. 445.809-84 no montante total de R\$ 300.000, destinados aos investimentos iniciais para conservação, recuperação e ampliação da BR-163 MT. Sobre o principal da dívida incidirão juros de 3,5% a.a., acima da TJLP, o vencimento do principal e dos juros do está previsto para 20 de fevereiro de 2017.

Em 29 de setembro de 2015, a CEF efetuou liberação total do financiamento.

### c) Garantias

O contrato de financiamento com o BNDES detém como garantia fidejussória fianças bancárias prestadas por instituições financeiras (“Fiadores”). Em favor dos fiadores foram oferecidas em garantia a alienação fiduciária das ações do projeto e a cessão fiduciária dos direitos creditórios.

Em 06 de maio de 2016 a ODBVias assinou carta de fiança corporativa em favor dos Fiadores perante o Contrato de Prestação de Garantias. Esta fiança garante aos Fiadores o cumprimento de todas as obrigações pecuniárias e não pecuniárias do Contrato de Prestação de Garantias.

O contrato de financiamento com a CEF detém como garantia fidejussória fiança corporativa da controladora indireta OTP, alienação fiduciária das ações do projeto e a cessão fiduciária dos direitos creditórios.

### d) Principais compromissos assumidos (“covenants”)

As cláusulas restritivas foram cumpridas pela Companhia em 30 de setembro de 2016.

## 16. Obrigações sociais e trabalhistas

	30 de setembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Encargos sociais e trabalhistas	5.357	4.233
Benefícios a empregados	83	102
Participação nos lucros e resultados	3.499	4.890
	<b>8.939</b>	<b>9.225</b>

**Notas Explicativas**

18

**17. Contas a pagar**

	30 de setembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Seguros a pagar	1.518	607
Verbas do contrato de concessão	3.739	2.146
Outras contas a pagar	1.306	5
	<b>6.563</b>	<b>2.758</b>

**18. Contingências e provisões para causas judiciais**

	30 de setembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Reclamações cíveis	407	139
Outras	49	-
	<b>456</b>	<b>139</b>

A Companhia tem ações de naturezas cíveis e trabalhista, envolvendo risco de perda que foram classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, no montante estimado de R\$ 2.116 em 30 de setembro de 2016 (31 de dezembro de 2015 R\$ 660).

Adicionalmente, a Companhia possui ações de naturezas cíveis, sendo uma ação civil pública proposta pelo Ministério Público Federal da Comarca de Rondonópolis/MT e a outra refere-se a um auto de infração proposto pela Coordenadoria Municipal de Defesa do Consumidor do Município de Rondonópolis/MT, na avaliação dos consultores jurídicos, o risco de perda são classificados como possíveis, porém não há uma estimativa confiável para os valores de perda dessas ações.

**19. Provisão para conserva especial**

Em 30 de setembro de 2016, a Companhia apresenta o saldo de R\$ 5.354 (31 de dezembro de 2015 R\$ 426) referente a provisão para manutenção e recuperação da infraestrutura. A provisão foi constituída considerando os investimentos previstos no contrato de concessão para o período de 5 anos, descontados a valor presente de 13,30% a.a. (31 de dezembro de 2015 - 13,24% a.a.) e apropriados pelo prazo de concessão de 30 anos.

**20. Patrimônio líquido****a) Capital social**

Em 21 de julho de 2016, foi aprovado aumento de capital no montante de R\$ 67.000, mediante emissão de 67.000.000 de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, integralizados mediante a capitalização de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital, os aportes foram realizados pela acionista ODBVias em 04 de julho de 2016, no montante de R\$ 4.000 e em 11 de julho de 2016, no montante de R\$ 63.000.

Em 30 de setembro de 2016, o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 307.558, representado por 307.558.000 ações ordinárias normativas e sem valor nominal, pertencentes a acionista ODBVias.

## Notas Explicativas

19

**21. Receita líquida**

	Período de 1º de julho a 30 de setembro de 2016	Período de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2016	Período de 1º de julho a 30 de setembro de 2015	Período de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2015
Receita de construção ICPC 01-R1 (i)	28.445	222.680	291.302	624.459
Receitas em numerário	38.341	110.529	11.501	11.501
Receitas de AVI ("Automatic Vehicle Identification") (ii)	41.766	112.325	6.783	6.783
Receitas de vale pedágio (iii)	24.015	71.466	4.988	4.988
Receitas acessórias	1.120	3.366	-	-
Outras receitas de pedágio		534	4.844	4.844
<b>Receita de operação</b>	<b>105.242</b>	<b>298.220</b>	<b>28.116</b>	<b>28.116</b>
Receita total	133.687	520.900	319.418	652.575
Tributos sobre serviços de operação	(8.795)	(24.870)	(2.502)	(2.502)
Outras deduções	(117)	(167)	-	-
	<b>124.775</b>	<b>495.863</b>	<b>316.916</b>	<b>650.073</b>

- (i) A Companhia reconheceu, nos períodos findos em 30 de setembro de 2016 e de 2015, R\$ 222.680 e R\$ 624.459, respectivamente, como receita de construção ICPC 01-R1 – Contratos de concessão. Na apuração do valor justo da sua contraprestação, a Companhia utilizou o custo total incorrido com as obras de infraestrutura, sendo utilizado para se chegar ao valor final o método de cálculo por dentro.
- (ii) Oriundas da captação de sinais através de sensor eletrônico, as receitas por meio de sistema eletrônico de pagamento - AVI ("Automatic Vehicle Identification") são calculadas e registradas através do reconhecimento eletrônico dos veículos cadastrados e faturadas para os usuários via empresas especializadas;
- (iii) As transações de vale pedágio representam pagamentos efetuados pelos usuários mediante créditos de vale pedágio previamente adquiridos das empresas habilitadas (Cielo Visa e Dbtrans).

**22. Custo dos serviços**

	Período de 1º de julho a 30 de setembro de 2016	Período de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2016	Período de 1º de julho a 30 de setembro de 2015	Período de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2015
Depreciação e amortização	(6.183)	(17.448)	(2.095)	(2.095)
Salários e encargos	(8.864)	(26.043)	(5.149)	(5.149)
Gastos gerais	(6.804)	(16.700)	(2.185)	(2.185)
Serviços de terceiros	(19.478)	(41.513)	(3.953)	(3.953)
Seguros	(1.000)	(3.425)	(368)	(368)
Provisão para conserva especial	(2.092)	(4.737)	-	-
Materiais	(1.092)	(2.810)	(854)	(854)
Aluguéis	(276)	(834)	(138)	(138)
	<b>(45.789)</b>	<b>(113.510)</b>	<b>(14.742)</b>	<b>(14.742)</b>
Custo de construção ICPC 01-R1	(28.445)	(222.680)	(291.302)	(624.459)
	<b>(74.234)</b>	<b>(336.190)</b>	<b>(306.044)</b>	<b>(639.201)</b>

**23. Despesas gerais e administrativas**

	Período de 1º de julho a 30 de setembro de 2016	Período de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2016	Período de 1º de julho a 30 de setembro de 2015	Período de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2015
Salários e encargos	(3.341)	(9.666)	(4.780)	(16.416)
Serviços de terceiros	(1.158)	(2.857)	(5.786)	(18.969)
Depreciação e amortização	(284)	(838)	(1.096)	(4.678)
Despesas com veículos	(89)	(281)	(691)	(3.697)
Gastos gerais	(1.553)	(4.150)	(3.493)	(13.059)
	<b>(6.425)</b>	<b>(17.792)</b>	<b>(15.846)</b>	<b>(56.819)</b>

## Notas Explicativas

20

**24. Resultado financeiro, líquido**

	Período de 1º de julho a 30 de setembro de 2016	Período de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2016	Período de 1º de julho a 30 de setembro de 2015	Período de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2015
<b>Despesas financeiras</b>				
Juros sobre empréstimos	(19.868)	(49.527)	(5.627)	(12.030)
Juros sobre mútuos	(12.359)	(27.610)	-	-
Custos de transação	(24.094)	(29.855)	-	-
Juros sobre atraso	-	(2.060)	(8.378)	(8.378)
IOF	(378)	(2.152)	-	-
Ajuste a valor presente	(114)	(190)	-	-
Outras	(3.901)	(4.784)	(1.791)	(1.886)
	<b>(60.714)</b>	<b>(116.178)</b>	<b>(15.796)</b>	<b>(22.294)</b>
<b>Receitas financeiras</b>				
Receita de aplicações financeiras	1.732	2.458	420	5.408
Outras	132	233	86	283
	<b>1.864</b>	<b>2.691</b>	<b>506</b>	<b>5.691</b>
<b>Resultado financeiro, líquido</b>	<b>(58.850)</b>	<b>(113.487)</b>	<b>(15.290)</b>	<b>(16.603)</b>

**25. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido****Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social**

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	Período de 1º de julho a 30 de setembro de 2016	Período de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2016	Período de 1º de julho a 30 de setembro de 2015	Período de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2015
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	(14.541)	29.002	(20.274)	(62.625)
Imposto de renda (IR) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) às alíquotas nominais (34%)	4.943	(9.861)	6.893	21.293
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:	-	-	-	-
Exclusões (adições) permanentes, líquidas	(14)	(38)	(1.049)	(1.050)
Efeito IR e CSLL no resultado	4.929	(9.899)	5.844	20.243
IR e CSLL corrente (reversão)	1.659	-	-	-
IR e CSLL diferido	3.270	(9.899)	5.844	20.243
<b>Total de IR e CSLL diferidos</b>	<b>4.929</b>	<b>(9.899)</b>	<b>5.844</b>	<b>20.243</b>

**26. Lucro (prejuízo) por ação****Básico**

O lucro (prejuízo) básico por lote de mil ações é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante os períodos findos em 30 de setembro.

	Período de 1º de julho a 30 de setembro de 2016	Período de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2016	Período de 1º de julho a 30 de setembro de 2015	Período de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2015
Lucro (prejuízo) do período	(9.612)	19.103	(14.430)	(42.382)
Quantidade média ponderada de ações	257.920	257.920	138.990	378.990
Lucro (prejuízo) básico por lote de mil ações	(37,27)	74,07	(103,82)	(111,83)

**27. Demonstração do fluxo de caixa**

- a) Abaixo demonstramos os efeitos de transações que não afetaram o caixa, cujos ajustes foram efetuados na demonstração do fluxo e caixa do período findo em 30 de setembro. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

**Notas Explicativas**

21

	30 de setembro de 2016	30 de setembro de 2015
Fornecedores	(4.767)	(32.997)
Partes relacionadas	(691)	-
<b>Efeito no caixa líquido das atividades operacionais</b>	<b>(5.458)</b>	<b>(32.997)</b>
Aquisição de ativo intangível	5.323	32.838
Aquisição de ativo imobilizado	135	159
<b>Efeito no caixa líquido das atividades de investimento</b>	<b>5.458</b>	<b>32.997</b>

**28. Seguros**

Em 30 de setembro de 2016, a Companhia apresenta as seguintes apólices de seguros contratadas com terceiros:

Modalidade	Cobertura
Risco de engenharia + ALOP	2.847.004
Garantia de concessões públicas	326.169
Risco operacional	330.417
Responsabilidade civil - Engenharia	50.000
Risco de administradores e diretores	40.000
Responsabilidade civil	30.000
Seguro de veículos	(*)

(\*) 100% a 110% da tabela FIPE.

\* \* \*

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos:

Administradores e Acionistas da

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Cuiabá - MT

- Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária Rota do Oeste S.A. (Companhia), contidas no formulário de Informações Trimestrais (ITR), referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado para o período de três e nove meses findo naquela data, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) "Demonstração intermediária" e com a Norma Internacional de Contabilidade IAS 34 "Interim Financial Reporting", emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação destas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

- Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 "Revisão de informações intermediárias executadas pelo auditor da entidade" e ISRE 2410 "Review of financial information performed by the independent auditor of the entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter uma segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria, portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

- Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo como o CPC 21 (R1) e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

- Ênfase

Início das operações:

Conforme mencionado na nota explicativa nº1, a Companhia iniciou suas operações em 06 de setembro de 2015 e, portanto, passou a auferir receitas de pedágio a partir desta data. Na leitura das referidas demonstrações contábeis, referido assunto deve ser considerado. Nossa conclusão não está modificada com referência a este assunto.

Endividamento de curto prazo:

Adicionalmente, sem modificar nossa conclusão, chamamos a atenção para o fato de que em 30 de setembro de 2016 o passivo circulante da Companhia excede seu ativo circulante no montante de R\$ 1.294.630 oriundos da sua dívida de curto prazo com instituições financeiras. A Companhia encontra-se em negociação junto a instituição financeira para prorrogação do vencimento de um de seus empréstimos classificado no passivo circulante cujo vencimento é previsto para Novembro 2016, e a contratação de empréstimos e financiamentos de longo prazo, visando o reequilíbrio dessa situação. Eventual insucesso dessas negociações e a não confirmação da captação de recursos com terceiros suscitaria incerteza significativa que pode levantar dúvida quanto à capacidade de continuidade do plano de investimentos da Companhia. As demonstrações contábeis em 30 de setembro de 2016 não contem ajustes e/ou reclassificações por conta desse assunto.

Operação Lava Jato:

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, desde 2014 encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal, no contexto da chamada Operação Lava Jato, e que envolvem empresas e executivos do Grupo Odebrecht, da qual a Companhia faz parte. Até o presente momento, não há como determinar se a Companhia será afetada pelos resultados das referidas investigações e por quaisquer de seus desdobramentos e suas conseqüências futuras. As demonstrações contábeis da Companhia não incluem quaisquer efeitos que possam advir desses assuntos, e nossa conclusão não está modificada em relação a esses temas.

- Outros assuntos

Informação suplementar – Demonstrações do Valor Adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas demonstrações contábeis intermediárias é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com às demonstrações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 04 de novembro de 2016.

Nelson Fernandes Barreto Filho

CT - CRC 1SP-151.079/O-0

Edinilson Attizani

CT - CRC 1SP-293.919/O

Grant Thornton Auditores Independentes

CRC 2SP-025.583/O-1

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

### **DECLARAÇÃO**

Pelo presente instrumento, os diretores abaixo designados da Concessionária Rota do Oeste S.A (“Concessionária”), sociedade por ações, com sede na Av. Miguel Sutil, 15.160, Jardim Ubatã, Cuiabá/MT, inscrita no CNPJ 19.521.322/0001-04, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Grant Thornton Auditores Independentes, relativamente às demonstrações financeiras da Companhia referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2016, e

(ii) Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2016.

Cuiabá, 04 de novembro de 2016.

Paulo de Meira Lins

Diretor-Presidente e de Relações com Investidores

Jackson Lisboa de Carvalho

Diretor Técnico de Engenharia

Marcelo Cardoso Pinto

Diretor Administrativo-Financeiro

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes**

### **DECLARAÇÃO**

Pelo presente instrumento, os diretores abaixo designados da Concessionária Rota do Oeste S.A (“Concessionária”), sociedade por ações, com sede na Av. Miguel Sutil, 15.160, Jardim Ubatã, Cuiabá/MT, inscrita no CNPJ 19.521.322/0001-04, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Grant Thornton Auditores Independentes, relativamente às demonstrações financeiras da Companhia referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2016, e

(ii) Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2016.

Cuiabá, 04 de novembro de 2016.

Paulo de Meira Lins

Diretor-Presidente e de Relações com Investidores

Jackson Lisboa de Carvalho

Diretor Técnico de Engenharia

Marcelo Cardoso Pinto

Diretor Administrativo-Financeiro